

Livros, cadernos e papéis avulsos: estudo filológico de um inventário do cartório e do arquivo da Câmara de Santana de Parnaíba (1764)

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v50i2.2895>

Ivan Douglas de Souza¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o estudo filológico de um termo registrado no “Livro de Actas 1757 a 1764” da Vila de Santana de Parnaíba, intitulado “Termo de entrega do Cartorio desta villa [...]”. De fato, tal documento, escrito em 12 de janeiro de 1764, funciona como um inventário, pois contém listas de maços de papéis avulsos e de livros produzidos e/ou guardados no cartório e no arquivo da Câmara da referida vila até aquela data. Resultam dessa investigação multidisciplinar as descrições de aspectos codicológicos e paleográficos do livro, assim como uma análise diplomática do documento. Do ponto de vista histórico, o conteúdo do texto dá uma amostra da produção documental e do arquivamento desses papéis na dita vila. O manuscrito, portanto, é um testemunho significativo para a história da escrita e da custódia de documentos em instituições como uma Câmara municipal e um cartório no Brasil do século XVIII.

Palavras-chave: Filologia; Codicologia; Paleografia; Diplomática; século XVIII.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;
ivan.uhf@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5730-4329>

Book, quires, and single sheets: a philological study of registry and City Council archive inventory in Santana de Parnaíba (1764)

Abstract

This paper aims at presenting the philological study of a document registered onto the “Livro de Actas 1757 a 1764” written in Santana de Parnaíba, Brazil, entitled “Termo de entrega do Cartorio desta villa [...]”. In fact, the document, written on January 12, 1764, functions as an inventory because it lists books and single sheets produced and/or kept by the city’s registry and the City Council archive of the referred town until that time. As results of this multidisciplinary investigation, we present the codicological and paleographical descriptions of the book, as well as a diplomatic analysis of the document. From a historical point of view, the document’s content provides a picture of the documental production and archiving in that town. So, the manuscript is a significant testimony to the history of writing and document custody in institutions as a City Council and a registry in Eighteenth Century Brazil.

Keywords: Philology; Codicology, Paleography; Diplomatics; 18th century.

Considerações iniciais

Este artigo se insere no âmbito dos estudos filológicos que tomam essa ciência como “uma configuração de habilidades acadêmicas voltadas à curadoria do texto histórico” (GUMBRECHT, 2003, p. 2, tradução nossa²). Nessa perspectiva, aplicamos o aparato teórico-metodológico de três ciências afins à Filologia, a saber, a Codicologia, a Paleografia e a Diplomática, ao estudo do documento “Termo de entrega do Cartorio desta villa que faz o Ajudante João da Costa Sylva a Jozé Francysco Payva como nelle Se declara”³, lavrado a 12 de janeiro de 1764 pela Câmara de Santana de Parnaíba.

O trabalho objetiva apresentar o estudo filológico do referido “Termo de entrega do Cartorio [...]”, o qual se encontra lavrado no “Livro de Actas 1757 a 1764” de Santana de Parnaíba, Brasil. O documento, de fato, funciona como um inventário, pois contém listas de maços de papéis avulsos e de livros produzidos e/ou guardados no cartório e no arquivo da Câmara da vila até aquela data. Apresentamos, assim, por meio de uma investigação multidisciplinar, a descrição dos elementos que configuram o suporte material do texto, além de uma análise da estrutura diplomática do documento, análise esta que se configura como nosso objetivo específico. Do ponto de vista histórico, o conteúdo do texto dá uma amostra da produção documental e do arquivamento desses papéis na referida vila. O manuscrito, portanto, é um testemunho significativo para a

2 No original: “a configuration of scholarly skills geared toward historical text curatorship.”.

3 A transcrição de trechos do documento será conservadora no que se refere à grafia.

história da escrita e da custódia de documentos em instituições como uma Câmara municipal e um cartório no Brasil do século XVIII.

Tal proposta justifica-se, em primeiro lugar, pela relevância, do ponto de vista filológico, de códices que servem de suporte para documentos da administração de vilas coloniais brasileiras. Exemplificando essa relevância, trabalhos como os de Ferreira (2008), Souza (2011) e Morais (2018) apresentam estudos sobre livros das Câmaras de Mogi das Cruzes-SP, Botucatu-SP e Jundiá-SP, respectivamente. Em segundo lugar, o estudo filológico de um texto cujo teor é, especificamente, a guarda de livros e documentos avulsos em arquivos também se mostra pertinente. A análise de seus componentes materiais e de sua estruturação enquanto documento diplomático são de interesse não só para a Filologia, mas também para a História.

Materiais e métodos: o “Livro de Actas” e como o abordamos pela Filologia

Cumprido, agora, direcionarmos algumas palavras acerca do códice no qual o texto estudado foi lavrado. Antes, porém, discorreremos sobre a abordagem teórico-metodológica escolhida. Para tanto, retomamos a definição de Filologia apresentada anteriormente. Ela traz em si algumas questões passíveis de maior esclarecimento.

Como apontado anteriormente, Gumbrecht (2003) afirma que a Filologia tem como objetivo a curadoria de textos históricos por meio de habilidades acadêmicas. A primeira questão que se coloca é a definição de curadoria. Ferreira (2016, p. 234-235) ilustra a aplicação do conceito de curadoria ao trabalho filológico. O autor associa a palavra latina *curare* ao significado de “tomar conta de” ou “administrar” e enumera usos comuns de “curadoria”, citando sua utilização para se tratar dos cuidados com obras de arte e sua exibição, da administração de museus, da conservação e restauração de objetos e, já no campo do Direito, da administração dos interesses patrimoniais de inabilitado. Ao justapor os conceitos de curador e de filólogo, o autor conclui que:

Pese embora o fato de estas atividades serem substancialmente diferentes tanto entre si como em relação à filologia, é nossa contenção que, tal como em todas as atividades acima mencionadas a título de exemplo, também a filologia é uma atividade nos termos da qual o filólogo tem a seu cargo a tarefa de cuidar de algo, isto é, de uma parte, ou da totalidade, de patrimônio alheio, que, neste caso, é o texto criado por um determinado autor. (FERREIRA, 2016, p. 235).

Isso posto, notamos que o autor fecha o raciocínio no qual atribui à atividade filológica a função de curadoria ao afirmar que “na medida em que textos também podem ser obras de arte, e em que a função do filólogo é a de administrar textos, o filólogo é um curador textual” (FERREIRA, 2016, p. 237).

O segundo ponto que nos parece importante é a própria definição de *texto*. Do ponto de vista da Filologia, o texto é formado por 3 níveis:

Em uma perspectiva filológica, o texto pode ser dividido em três diferentes níveis de exame: o nível material, o nível formal e o nível substancial. A *matéria* de um testemunho compõe-se de suas características físicas, tais como, o suporte material e as tintas. A *forma* abrange a roupagem paleográfica (forma e realização das letras, diacríticos, pontuação etc.) e gráfica (grafos, alógrafos, diacríticos, pontuação etc.) de um testemunho, assim como as repercussões do nível gráfico na representação fonética e morfológica de variantes históricas e dialetais das palavras. A *substância* reúne os níveis morfossintático, lexical e semântico de um testemunho. O estudo do texto a partir dessa tríplice divisão deve ser feito sempre a partir do pressuposto de que o texto (assim como seus testemunhos) é produto de um ambiente sócio-histórico e cultural determinado. (TOLEDO NETO, 2020, p. 192, nota 3).

Logo, quando efetuamos estudos filológicos, estamos, na verdade, manuseando um objeto tridimensional. Suas dimensões, mesmo que complementares e de limites bastante sutis, podem ser analisadas em separado de acordo com as especificações de cada pesquisa. O fato é que, no trabalho com textos escritos, seja de cunho filológico ou histórico, os três níveis devem ser compreendidos como partes fundamentais do objeto que se pretende estudar e, no caso específico do filólogo, editar.

Passamos, agora, às habilidades acadêmicas aplicadas nesta pesquisa e como elas atuam sobre os diferentes níveis do texto. Castro (1997, p. 605-606) lista, entre as principais disciplinas filológicas, a Paleografia e a Codicologia. Aqui, também utilizamos a Diplomática, pois ela, como as demais, encontra no texto escrito seu objeto de estudo.

As características codicológicas do livro que abriga o texto sob análise são exploradas por meio da adaptação de um roteiro de descrição elaborado por Cambraia (2005). Assim, aspectos referentes à trajetória do códice (confecção primitiva, local de utilização e custódias), sua composição intrínseca (características do suporte e organização dos cadernos) e suas características extrínsecas (tintas e instrumentos de escrita, organização da página e conteúdo) são apresentados de forma sucinta. Além disso, algumas características específicas do termo que analisamos aqui são apresentadas.

Itens relacionados ao nível formal do códice são abordados a partir de um estudo paleográfico. Logo, trazemos uma breve descrição da escrita que se materializa no “Livro de Actas 1757 a 1764”. Como lidamos aqui com um livro escrito por diversos escrivães, damos especial atenção ao responsável pelo documento deste trabalho.

Por fim, lançamos mão do aparato teórico-metodológico da Diplomática para o estudo da composição do texto que examinamos nesta pesquisa, uma vez que seu objeto de análise é a estrutura formal dos documentos enquanto registros de atos administrativos (BELLOTTO, 2002). É a partir da análise diplomática que afirmamos que o “Termo de entrega do Cartorio” tem, de fato, a função de inventário dos livros e papéis custodiados por instituições da vila de Santana de Parnaíba em janeiro de 1764.

Aspectos codicológicos

Como referimos anteriormente, o texto escrito é, do ponto de vista da Filologia, um objeto tridimensional. Assim, o estudo do nível material de um testemunho de determinado texto configura-se como importante etapa do trabalho filológico.

Livros como o que analisamos aqui têm sua materialidade concretizada em quatro etapas. A primeira diz respeito à sua confecção primitiva, que engloba a formação dos cadernos, sua junção por cosedura e encadernação⁴. A segunda etapa de sua configuração material concentra-se na foliação e na rubrica dos fólios, seguidas da redação dos termos de abertura e encerramento, muito comuns em livros utilizados em instituições jurídico-administrativas como uma Câmara municipal do Brasil Colônia. Sua terceira fase da constituição é a sua utilização propriamente dita. Nela, escrevem-se os textos para os quais o livro fora destinado pela instituição ou por seu detentor particular. Por fim, vemos uma quarta fase de configuração de sua materialidade, a qual se refere às evidências de restauro, encontradas seja na encadernação seja em fólios isolados.

A análise dos componentes materiais⁵ que possibilitam a existência física do texto, assim como outros aspectos de sua produção material, tem ficado a cargo da Codicologia. García (2002, p. 19, tradução nossa⁶) aponta que a Codicologia é tema sobre o qual os especialistas não chegam a um acordo, nem sobre seu próprio nome, tampouco sobre seu conteúdo específico⁷. Sem nos alongarmos nessa questão, trazemos aqui uma descrição

4 Essa operação é precedida pela fabricação e trajetória do próprio papel, seu elemento constitutivo básico.

5 Spina (1977) fala em: a) matéria subjetiva, que é o suporte do texto; b) matéria aparente, no caso, as tintas usadas na produção do manuscrito; 3) matéria instrumental, que se refere ao instrumento que toca o suporte.

6 No original: “tema candente sobre el cual no se ponen de acuerdo los especialistas, ni en lo que atañe al nombre, ni en lo referente a su contenido específico”.

7 A autora (GARCÍA, 2002) elenca diferentes vertentes de trabalho da Codicologia. São elas a Codicologia descritiva (ou Codicografia), a Codicologia quantitativa e a Codicologia comparada. Além delas, são brevemente debatidas tanto uma tendência de pesquisas codicológicas cujos objetivos maiores são a cultura escrita, quanto uma corrente que se inspira na Semiótica em torno dos múltiplos significados dos componentes materiais dos manuscritos.

sucinta dos principais elementos materiais do “Livro de Actas 1757 a 1764”. Além disso, focamos em alguns pontos específicos do termo que estudamos mais detalhadamente.

O roteiro de descrição codicológica que utilizamos remonta a Cambraia (2005, p. 28). Seu excelente nível de aprofundamento abarca os mais diversos elementos materiais dos manuscritos. Complementarmente, propomos, em publicação recente, uma adaptação desse guia (SOUZA, 2020) a fim de estabelecermos uma análise codicológica mais bem direcionada ao tipo específico de livro manuscrito com o qual trabalhamos, a saber, o *livro originalmente em branco, utilizado para registros manuscritos diversos*.

Quadro 1. Descrição codicológica do livro⁸

Trajectoria	Aspectos intrínsecos	Aspectos extrínsecos	Evidências de restauro
Papel italiano ⁹ . Numerado e rubricado em São Paulo ¹⁰ .	Encadernação do tipo contínua, de couro marrom.	Tinta ferrogálica, de tonalidade marrom-avermelhada.	Não há evidências de restauro. O códice se encontra em bom estado de conservação, exceto pela encadernação, pois a capa, cujo papel que lhe serve de preenchimento foi cosido junto aos nervos, não está fixada ao corpo do livro.
Usado em Santana de Parnaíba, Brasil, entre 30 de janeiro de 1757 e 28 de abril de 1764.	Suporte: papel bege. Medidas: 292mm x 200mm.	Texto organizado em uma coluna, sem pautação. Mancha de 285 mm x 150 mm, em média, com 32 linhas por página, em média.	
Encontra-se custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob o número de ordem C06050.	242 fólhos: 12 cadernos de 10 bifólios (exceto os cadernos 3 e 12, de 16 e 5 bifólios, respectivamente).	Conteúdo: 244 documentos da Câmara de Parnaíba, além de 6 textos de autoridades externas.	

Fonte: Elaboração própria

As quatro colunas do Quadro 1 acima sintetizam a descrição codicológica do “Livro de Actas 1757 a 1764”. Na coluna Trajetória, apresentamos a origem do códice, além

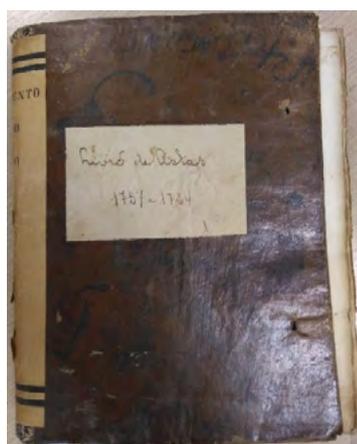
⁸ A terminologia codicológica foi consultada em Briquet (1907), Faria e Pericão (2008), García (2002), Ostos, Pardo e Rodríguez (1997), assim como em <https://vocabulary.irht.cnrs.fr/vocab.htm>.

⁹ Chegamos a essas informações pelo exame da marca d’água.

¹⁰ Os termos de abertura e de encerramento foram escritos em 27 de janeiro de 1757.

de indicarmos os locais de sua preparação e de utilização, finalizando com a sua atual localização¹¹. Na coluna Aspectos intrínsecos, vemos as características do suporte e a composição do livro. Em seguida, na coluna Aspectos extrínsecos, temos a descrição básica da tinta e a configuração das páginas. Por fim, na coluna Evidências de restauro, apontamos para o seu estado de conservação. Seguem-se duas imagens do códice.

Figura 1. A capa do códice



Fonte: Acervo próprio

Figura 2. Encadernação do códice



Fonte: Acervo próprio

Aspectos paleográficos

A Paleografia, ciência desenvolvida junto à Diplomática e que hoje goza de plena autonomia, auxilia tanto a Filologia quanto outras áreas do conhecimento, sobretudo a História. Dias e Bivar (2005, p. 12) apresentam propostas de conceituação de Paleografia que “gravitam em torno da ideia de leitura e transcrição de documentos manuscritos”. Entre elas, se destaca a de Acioli (1994, p. 6), que afirma ser a Paleografia

[...] a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e lugar em que foi redigido o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Berwanger e Leal (2008, p. 15), por sua vez, listam conceitos de Paleografia. Afirmam que “em resumo, a Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como

11 De acordo com Rodrigues (1961, p. 379), o livro que constitui o *corpus* deste trabalho está “na secção histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. Trata-se de documentação provavelmente inédita, recolhida àquela secção especializada em 8 de outubro de 1940”.

os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. E arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica”.

A abordagem paleográfica do livro aqui estudado baseia-se em Petrucci (2002). O autor, na esteira de Mallon (1952), afirma que a Paleografia deve ser a disciplina que se configura como uma verdadeira e própria História da cultura escrita e que, portanto, se ocupa da história, da produção, das características formais e dos usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos de uma determinada sociedade, independentemente das técnicas e dos materiais adotados (PETRUCCI, 2002, s/p., tradução nossa¹²).

Para que se possa realizar a tarefa de uma Paleografia como a História da cultura escrita, o mesmo Petrucci indica os seguintes domínios da disciplina, ou melhor, as perguntas que devem ser feitas pelo pesquisador ao se deparar com o seu objeto de análise: 1) O quê?; 2) Quando?; 3) Onde?; 4) Como?; 5) Quem escreveu? e 6) Por que aquilo foi escrito? (PETRUCCI, 2002, s/p., tradução nossa¹³).

A primeira delas, *o quê?*, refere-se ao texto em si, no sentido de compreendê-lo como o objeto de uma prática consciente. A segunda questão, *quando?*, dirige-se à época em que o testemunho foi escrito. *Onde?* implica averiguar o local em que texto foi produzido. Responder à pergunta *como?* demanda a observação das técnicas e materiais utilizados naquele testemunho. *Quem escreveu?* é interrogação que vai além de nomear o escriba responsável por determinado texto, pois é necessário identificar o ambiente sociocultural ao qual ele pertencia e indagar qual a difusão social da escrita no seu tempo. Finalmente, a última pergunta, *por quê?*, busca não apenas a finalidade específica daquele texto, como também a finalidade ideológica e social de se escrever.

Desse modo, a análise paleográfica que realizamos neste trabalho permite extrair, da dimensão formal de uma amostragem dos documentos contidos no códice, elementos que possam reconstituir a história da cultura escrita na Câmara de Santana de Parnaíba. Na prática, a Paleografia nos possibilita responder: 1) O que está contido no códice? Ou como ele se caracteriza?; 2) Quando ou em que fase da escrita brasileira os textos foram produzidos?; 3) Onde foram escritos? Ou, mais precisamente, qual era a relação da Câmara com a escrita de modo geral?; 4) Como os textos foram escritos? Ou como eles se configuram nas páginas?; 5) Quem escreveu os textos? Ou, de fato, o que significava ser “escrivão da Câmara” no Brasil colonial? e; 6) Por que os textos foram produzidos? Ou, especificamente, para que serve o livro aqui analisado?

12 No original: “una disciplina che si configuri come una vera e propria storia della cultura scritta e che perciò si occupi della storia, della produzione, della caratteristiche formali e degli usi sociali della scrittura e delle testimonianze scritte di una determinata società, indipendentemente della tecniche e da imateriali di volta in volta adoperati.”.

13 No original: “che cosa?; quando? dove?; come?; chi lo ha eseguito? perché quel testo è stato scritto?”.

Quadro 2. Descrição paleográfica

Questão	Respostas
O que o livro contém?	No geral, termos de vereança ¹⁴ dos oficiais da Câmara vila de Santana de Parnaíba.
Quando foi escrito?	Entre 30 de janeiro de 1757 e 28 de abril, ou seja, sua escrita situa-se no período de surgimento das escritas nacionais. Tem influência dos modelos italiano e inglês ¹⁵ .
Onde foi escrito?	Segundo os documentos que abriga, o livro foi escrito na “casa da Câmara e conselho dela”. As vilas representavam a municipalidade, o poder local no Brasil Colônia ¹⁶ . Suas Câmaras tinham atuação administrativa, política e judiciária ¹⁷ . Eram, assim, grandes produtoras de documentos avulsos e livros de documentos ¹⁸ .
Como os textos se apresentam?	Como já referido, os textos organizam-se em uma coluna, sem pautação. A mancha mede 285 mm x 150 mm, em média, com 32 linhas por página, em média.

14 A análise diplomática que se seguirá contém o detalhamento dos documentos contidos no livro.

15 Quanto à classificação da escrita contida no livro, seguimos Toledo Neto (2018, p. 303). O autor propõe a seguinte nomenclatura para as escritas que vigoraram em Portugal e no Brasil desde o Descobrimento: escrita gótica (subdividida em cortesã, processual e processual encadeada) e escrita humanística e seus subtipos (direita ou librária, cursiva, canceleresca, bastarda e bastardilha, esta também conhecida como escrita nacional). Afirma, ainda, existirem tipos híbridos de escrita, que se caracterizam pela presença de traços distintivos de mais de um padrão. No caso do livro em apreço, a modalidade de escrita que observamos é a humanística inclinada, surgida no séc. XVI. Complementarmente, podemos afirmar que o livro apresenta duas variedades desse subtipo. Vemos traços tanto da inclinada italiana quanto da inclinada inglesa, ambas desenvolvidas a partir da segunda metade do séc. XVIII.

16 Zenha (1948) debate os pormenores do surgimento dos municípios brasileiros.

17 Sobre o papel das primeiras Câmaras municipais brasileiras, cf. Cortines Laxe (1885).

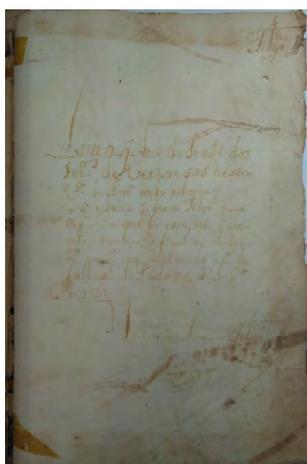
18 Segundo Chartier (2014, p. 28-29): “[...] o recurso à escrita desempenhou um papel essencial em diversas evoluções principais dentro das sociedades ocidentais. A primeira delas foi a construção de um estado baseado em justiça e finanças, que supõe a criação de burocracias, a constituição de arquivos e o desenvolvimento de comunicação administrativa e diplomática.”.

Quem os escreveu?	Os documentos foram escritos por 4 escrivães, os quais, além de servirem à Câmara, também podiam exercer seu ofício em outras frentes ¹⁹ . Não eram considerados oficiais, mas sim funcionários da Câmara ²⁰ .
Para que serve o Livro de Actas?	Os livros das Câmara serviam como testemunhos e provas dos atos dos seus oficiais. Eram guardados em arcas e, quando necessário, consultados e trasladados.

Fonte: Elaboração própria

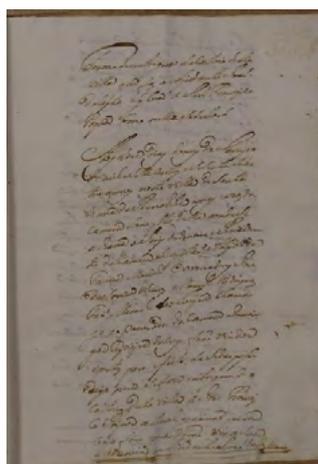
Como apreendemos do Quadro 2 acima, um breve estudo paleográfico do “Livro de Actas 1757 a 1764” revela algumas questões relacionadas à sua história, o que inclui seu conteúdo sumário e sua apresentação formal. Incide, também, sobre pontos de sua função enquanto repositório de escrita oficial e relativamente pública da localidade onde foi utilizado. Seguem duas imagens que ilustram a sua descrição paleográfica.

Figura 3. Termo de abertura do livro



Fonte: Acervo próprio

Figura 4. Fólio 215r.



Fonte: Acervo próprio

Resultados: análise diplomática do “Termo de entrega do Cartorio”

Seguem-se os resultados da análise diplomática, tanto do “Livro de Actas 1757 a 1764” como um todo quanto do documento central do artigo, o “Termo de entrega do Cartorio”.

19 Stumpf (2017) trabalha o prestígio social e algumas questões pecuniárias que envolviam o cargo de escrivão da Câmara na América portuguesa.

20 Fonseca (2016) esmiúça as atribuições dos escrivães das Câmaras portuguesas no Antigo Regime. A autora afirma, ainda, que tais funcionários, apesar de excluídos do governo, ao menos oficialmente, desempenhavam papéis de mais alta importância.

Argumentamos que o referido termo serve de guarnição para um inventário dos livros e papéis avulsos custodiados pelo Cartório e pela Câmara de Parnaíba.

O “Livro de Actas 1757 a 1764”, como referido anteriormente, contém um total de 242 fólhos e 244 documentos²¹. Nesse conjunto, encontramos 225 termos, dos quais 153 são termos de vereança. Além dos termos, há autos, registros e traslados, como mostra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Espécies documentais encontradas no “Livro de Actas 1757 a 1764”

Espécie	Total
Termo	225
Traslado	5
Registro	5
Auto	1
Indefinida	8
TOTAL	244

Fonte: Elaboração própria

Spina (1977, p. 49) e Bellotto (2002, p. 39) tratam das partes fundamentais dos documentos diplomáticos, que são o protocolo inicial, o texto e o protocolo final. Cada uma dessas partes apresenta subdivisões de acordo com a espécie e o tipo documental. A análise diplomática do documento deste trabalho, que, no livro, se estende do fólho 215r. até o 220v., mostra a seguinte configuração:

21 Essa contagem não inclui os termos de abertura e de encerramento do livro, nem documentos de autoridades externas à Câmara, como vistos de correição produzidos por corregedores.

Quadro 3. Partes do documento, segundo a Diplomática

Item	Subitem	Trecho ²²
Protocolo inicial	Título	215r. Termo de entrega do Cartorio desta villa que fas o Ajudante loaõ da Costa Sylva a losé Francisco Pajva Como nelle se declará
	Datação cronológica	Aos doze dias do mes de lanejro de mil e SetteCentos e SeSenta e Coatro annos
	Datação tópica	nesta villa de Santa Anna de Parnahiba em as cazas da Camera e Conseylho della
	Nomeação dos presentes	aonde Se achava o luis ordinario e Prezidente da Camera o Capitaõ Alejxo da Fonceca Maciel E os vereadores loze de Souza Nunes Manoel Rodrigues Faõ Manoel de oLivejva Camargo e o procurador da Camera Domingos de Tejxejra da Crus
Texto	Preâmbulo	foraõ vindos e juntos pera feito de Se dar posse digo pera Se fazer entrega do Cartorio desta villa a loze Francisco Pajva atual escriptaõ pera cujo fis mandaraõ vir a Sua prezencia o Ajudante loaõ da Costa Sylva 215v. loaõ da Costa Sylva que havia Servido o dito officio
	Exposição	e pella rezaõ de naõ ter çe passado termo de entrega dos papeis do dito Cartorio
	Dispositivo	o mandaraõ agora passar e de Como os papeis que Se acharaõ abaixo Se declaraõ e Saõ os Seguintes (...). 219r. Papeis que Se achavaõ no Arquivo da Caza da Camera aonde nelle ficavaõ e Saõ os Seguintes (...).
	Cláusulas finais	220r. Declaro que o Cartorio me foi entregue a mim escriptaõ pello luis ordinario e Prezidente da Camera o Capitaõ Alejxo da Fonceca Maciel por virtude de aCordo que Consta neste Livro a folha 214 Cujo aCordo Se fes nesta Camera pellos offiçiais della e o dizer eu escriptaõ que o dito Cartorio 220v. Cartorio me fora entregue em prezencia dos offiçiais da Camera foi engano meo pois Só perante elles Se me entregou os papeis e livros entregues a Camera
Protocolo final	Subscrição	e por passar na verdade faço esta declaração per mim aSignada e passo na verdade o referido e me aSignej Eu loze Francisco Pajva escriptaõ que a Escrevj e aSignej
	Precação	loze Francisco Pajva

Fonte: Elaboração própria

²² Como afirmado anteriormente, a transcrição de trechos do documento é conservadora quanto à grafia.

O quadro 3 mostra as partes fundamentais do documento. A seguir, trataremos com mais detalhes o subitem *Dispositivo*, o qual, segundo Bellotto (2002, p. 40), é “a substância do ato, seu ‘assunto’ propriamente dito”. É nesse ponto que o escrivão faz o inventário dos “papéis” a serem entregues ao seu novo custodiador.

No que se refere ao *dispositivo* do documento, cujo início localiza-se no fôlio 215v. e segue até o 220r., podemos dividi-lo em duas partes: num primeiro momento, como exposto no título do texto e no próprio *dispositivo*, o escrivão faz a listagem dos itens pertencentes ao Cartório da vila. A tabela 2 a seguir sintetiza o conteúdo listado pelo escrivão. Temos, assim, a primeira parte do *inventário*.

Tabela 2. Inventário dos “papéis” do Cartório

Item ²³	Volumes	Total de documentos
Maços de devassas	3	231
Livros de rol de culpados	1	?
Livros de autos de querelas	1	?
Livros de sumários de querelas	2	?
Autos crimes	?	10
Livros de notas	65	?
Maços de protocolos de audiências de juízes ordinários e almotacéis	1	?
Maços de libelos crimes e autos de agravo	1	29
Libelos	10	127
Ações de dez dias	?	565
Ações de alma	?	235
Execuções	?	242
Coimas	?	6
Autos de medição de terras	?	14
Inventários	?	10
Maços de inquirições	3	165
Maços de embargos e agravos	3	287
Maços de justificações	3	367
Maços de papéis avulsos	3	?
Livros de registros de testamentos	1	?
Livros de presos e alvarás de solturas	1	?

Fonte: Elaboração própria

²³ Para as listas de nossa autoria, optamos por modernizar a grafia das palavras.

Vemos as denominações “Massos” e “Livros”, que são contabilizadas na coluna Volumes. Julgamos serem documentos avulsos aqueles que não apresentam nenhuma daquelas categorizações. Quando o número de volumes ou de documentos avulsos não tiver sido especificado pelo escrivão, indicamos com o ponto de interrogação (?).

Na sequência, o escrivão lista os “papéis” do “Arquivo da Caza da Camara”. Encontramos, além de “Massos” e “Livros”, a categorização *Caderno*. A tabela 3 a seguir mostra o conteúdo dessa parte do inventário. Novamente, o ponto de interrogação (?) indica que o número de volumes ou de documentos avulsos não foi especificado.

Tabela 3. Inventário dos “papéis” do Arquivo da Câmara

Item ²⁴	Volumes	Total de documentos
Livros de registros	5	?
Livro de eleições	2	?
Livros de contas dos corregedores da comarca	1	?
Livros de receitas e despesas	4	?
Livros de rendimentos	1	?
Cadernos de fianças	1	?
Livros de fornos	1	?
Livros de arrematações	1	?
Livros de provimentos	1	?
Livros de registro de licenças	1	?
Livros de mandados e de despesas	1	?
Livros de correições de almotacéis e oficiais da Câmara	1	?
Livros de vereança	18	?
Livros de assento dos procuradores	1	?
Maços de cartas escritas e recebidas	1	52
Autos de agravo	?	?

Fonte: Elaboração própria

Como podemos ver na tabela 3 acima, apenas o *Maço de cartas* apresenta a quantidade exata de documentos que abriga. Os demais itens são apresentados somente no que se refere aos volumes. Não há nenhuma especificação no item *Autos de agravo*. O escrivão trata desses documentos no plural, mas não indica a sua quantidade.

²⁴ Cf. nota anterior.

A partir do exposto, podemos debater a formatação do documento. Muito embora seu título traga a especificação tipológica *termo de entrega do cartório*, sua parte principal, o *dispositivo*, revela um *inventário*. De fato, dois inventários: o do cartório e o do Arquivo da Câmara. Essa parte nuclear do texto se estende por 10 das 12 páginas do documento, ocupando (da linha 30 até a linha 257). As demais divisões do documento, tanto o protocolo inicial quanto o final, servem para emoldurar o que apresenta mais valor e importância naquele ato administrativo: a devida enumeração do que se entregava ao novo escrivão da localidade.

Considerações finais

Este artigo buscou efetivar a justaposição de ciências afins à Filologia com o objetivo de pôr em prática o que chamamos de curadoria filológica do documento. Tal iniciativa permeia os cuidados com a descrição e a análise dos diferentes níveis de um texto escrito. No caso, trabalhamos com um termo escrito na Câmara de Santana de Parnaíba. Nosso objetivo foi comprovar que sua função principal era a produção de um inventário de livros e papéis avulsos produzidos e/ou guardados na referida vila.

Por meio de estudos codicológicos e paleográficos acerca do códice como um todo, pudemos resgatar informações sobre a origem material do “Livro de Actas 1757 a 1764” e caracterizar sua escrita. Ficou evidente que se trata de um códice valioso para estudos filológicos, linguísticos e históricos. Sua estrutura material revela procedimentos de confecção de livros em branco largamente utilizados em instituições administrativas até inícios do séc. XX. Seus textos, de modo geral, nos remetem a práticas de escrita e de produção documental vigentes no século XVIII.

Finalmente, o estudo diplomático indica a funcionalidade específica do documento em apreço. Sua estruturação formal na espécie *termo* emoldura um detalhado *inventário*. A referida entrega do cartório e do arquivo da Câmara ao novo escrivão fica em segundo plano, pois o valor documental dos papéis listados se sobressai.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE; FUNDAJ; Massangana, 1994.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de paleografia e de diplomática*. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BRIQUET, C. *Les filigranes*. Genebra, 1907. 4 vols.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. Filologia. *Biblos: Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. v. 2. Lisboa: Verbo, 1997.

CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução Roger Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CORTINES LAXE, J. B. *Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1º de outubro de 1828*. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier-Livreiro-editor, 1885.

DIAS, M. M.; BIVAR, V. dos S. B. Paleografia para o período colonial. In: SAMARA, E. de M. (org.). *Paleografia e fontes do período colonial brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005. p. 11-38.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. da G. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, A. H. *Atas da vereança de Mogi das Cruzes do século XVII (1612 a 1692)*: edição semidiplomática, glossário e descrição dos manuscritos. 2008. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, P. T. Filologia como curadoria: o caso Pessoa. *Filologia e linguística portuguesa*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 231-262, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/110219/120237>. Acesso em: 11 ago. 2020.

FONSECA, T. O funcionalismo camarário no Antigo Regime. Sociologia e práticas administrativas. In: CUNHA, M. S. da; FONSECA, T. (org.). *Os municípios no Portugal moderno – Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Évora: Publicações do Cidehus/Edições Colibri, 2016. p. 73-86. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/11112>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GARCÍA, E. R. *Introducción a la codicología*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2002.

GUMBRECHT, H. U. *The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship*. Champaign: University of Illinois Press, 2003.

MALLON, J. *Paleographie romaine*. Madrid: Instituto Antonio Nebrija de Filologia, 1952.

MORAIS, K. C. de. "*Damos aos suplicantes os chãos que pede*": edição fac-similar e semidiplomática e estudo do manuscrito Cartas de Datas de Jundiá do século XVII. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OSTOS, P.; PARDO, M. L.; RODRÍGUEZ, E. E. *Vocabulario de codicología*. Madrid: Editorial Arco/Libros, 1997.

PETRUCCHI, A. *Prima lezione di paleografia*. Bari: Editori Laterza, 2002 (edizione digitale: giugno, 2015). Disponível em: <https://bit.ly/3r7k5Xv>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RODRIGUES, M. R. da C. Relação de 134 Códices valiosos para uma eventual história local de Santana do Parnaíba (1660-1932). *Revista de História*, n. 48, 4º trim. 1961. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121542/118429>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SOUZA, I. D. de. *Atas da Câmara de Botucatu, SP (1858-59)*: edição e estudo. 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, I. D. de. Livros da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba (sécs. XVII e XVIII): estudo codicológico. In: FACHIN, P. R. M.; MONTE, V. M. do. *Pesquisas em Andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português* [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH, 2020. DOI: 10.11606/9786587621104

SPINA, S. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.

STUMPF, R. Dos homens que serviam entre papéis e letras – Escrivães das câmaras na América portuguesa. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Débats, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71379>. Acesso em: 26 ago. 2020.

TOLEDO NETO, S. de A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*. São Cristóvão (SE), v. 10, n. 20, p. 192-208, jan./jun. 2020. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/13959/10679>. Acesso em: 20 ago. 2020.



TOLEDO NETO, S. de A. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a crítica textual? *In*: LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. de (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte, 2018.

ZENHA, E. *O Município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.